



Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas
no marco dos 60 anos da UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas
no marco dos 60 anos da UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60 

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo

Revisão : Denise Pimenta de Oliveira
: Emily Dias de Matos

Projeto gráfico : Cláudia Dias

Foto de capa : Inês Ulhôa / Editora UnB

Ilustrações : Petchó Silveira

Fotos de ilustrações : Carlos Borges

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Camila Moreira Mendes Barcelos – CRB 1/2193

V111 Vá no seu tempo e vá até o final : mulheres negras
cotistas no marco dos 60 anos da UnB / Dione
Oliveira Moura, Deborah Silva Santos
(organizadoras). – Brasília : Editora
Universidade de Brasília, 2022.
168 p. ; 27 cm.

ISBN 978-65-5846-127-2 (impresso).
ISBN 978-65-5846-121-0 (e-book).

1. Mulheres negras. 2. Universidades e
faculdades - Ingresso. 3. Programas de ação
afirmativa na educação. 4. Universidade de
Brasília - História. I. Moura, Dione Oliveira
(org.). II. Santos, Deborah Silva (org.).

CDU 378.014 (09)



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação

“Quando as mulheres negras se movem...” 9

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

Parte 1

Nossos passos vêm de longe

Jornalista, professora, pesquisadora negra americana e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB: a vivência de uma epistemologia afrocentrada 17

Dione Oliveira Moura

Ações afirmativas para estudantes cotistas na UnB 23

Deborah Silva Santos

Vinte anos do EnegreSer:

aprender e fazer História com o movimento negro 29

Aida Feitosa

Parte 2

Nós, mulheres negras americanas, na construção da história da UnB

O papel histórico da primeira turma de cotas raciais na UnB 37

Aline Pereira da Costa

Alegria da experiência como cotista negra 43

Andressa Marques da Silva

E agora sou eu que vivo esta história! 47

Anna Caroline Costa Silva

Uma revoada em curso 49

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Cotas para negros despertam a consciência para os problemas sociais relacionados a raça e cor 53

Dalila Noletto Torres

“Isso é por eu ser uma mulher preta?” 59

Deborah Carolina Silva Duarte

É desta terra fértil que nasce e floresce muito do que sou e do que faço 63

Elen Cristina Ramos dos Santos

Na UnB, aprendemos a nos posicionar politicamente para as lutas sociais 69

Flora Egécia

Nossas vidas importam 73

Hallana Moreira Ramalho Costa

O sistema de cotas para negros é, sim, um direito 79

Iara de Jesus dos Santos

A primeira da família a ingressar no ensino superior 85

Juciele Fonseca

Explorar tudo o que a UnB pode oferecer 87

Julian Esttefane da Silva Reis

O papel das professoras negras e antirracistas para a inclusão das cotistas negras 91

Kátia Silene Souza de Brito

Transcender como negra a cada dia 97

Keila Meireles dos Santos

A importância do sistema de cotas para negros na minha trajetória 101

Letícia Bispo

Ocupar um espaço que pertence ao povo negro 107

Maria Antônia Perdigão

Sou uma mulher negra, fui criada por mulheres negras e me inspiro nessas mulheres 115

Mariana Paiva Soares

O empoderamento a partir do ingresso na Universidade como cotista racial 119

Michele Duarte da Silva

Nós, negros e negras, somos capazes e merecemos estar na UnB 127

Vitória Carolina Silva Duarte

O empoderamento para contribuir com a comunidade quilombola e a região 131

Maria Lúcia Martins Gudinho

Parte 3

Celebrar as vitórias e avançar

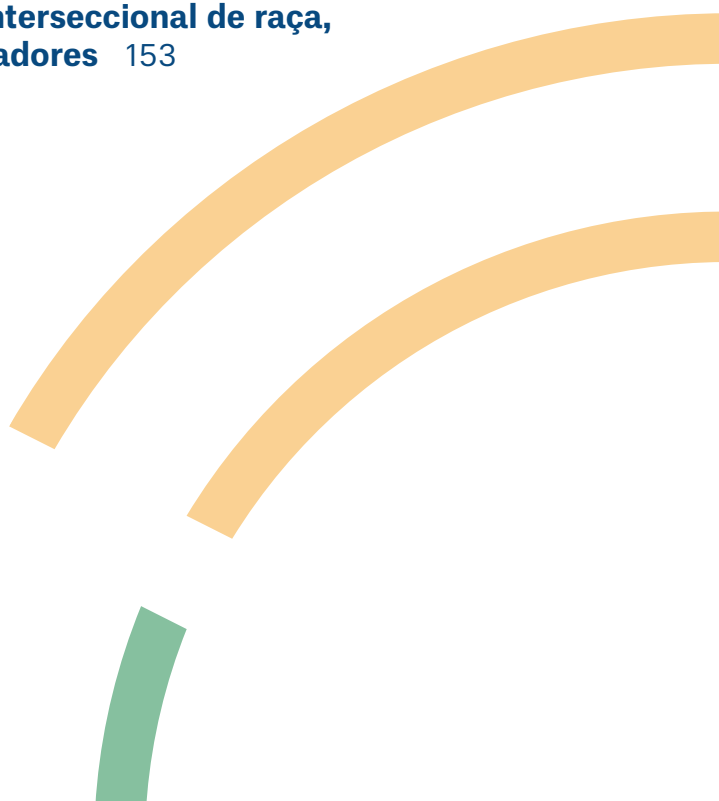
À guisa de conclusão: 60 anos da UnB, 19 anos da política de ações afirmativas na UnB 143

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

Posfácio – Uma abordagem interseccional de raça, gênero, classe e outros marcadores 153

Renísia Cristina Garcia Filice

Sobre as autoras 161







Parte 2

Nós, mulheres negras americanas, na construção da história da UnB



Ocupar um espaço que pertence ao povo negro

Maria Antônia Perdigão

Escolaridade e origens da minha família

Tive o privilégio de nascer filha de professores. Meus pais davam aula na rede estadual da pacata cidade de Ouro Branco-MG. Eram dois apaixonados pela educação, que tiveram acesso ao ensino superior com mais idade. Nascido 37 anos após a abolição da escravidão no Brasil, meu pai, Alencar Jerônimo Perdigão, saiu da roça aos 19 anos. Viu no seminário católico a oportunidade de estudar e foi muito além do que se poderia esperar de um lavrador semianalfabeto. Formou-se em Letras na UFRJ e tornou-se mestre em Linguística no final da década de 1970. Quando chegou ao seminário, meu pai pedia aos padres para escrever suas cartas, já que não sabia ler e escrever. E aquele jovem que mal escrevia o próprio nome virou tradutor dos documentos em latim que chegavam para os padres. Embora tenha passado muitos anos de sua vida nesse ambiente católico, o sacerdócio nunca foi a vocação do meu pai.

Aos 56 anos, ele conheceu a mulher com quem se casaria e teria três filhos. Essa mulher também vinha de uma trajetória de vida difícil e muito próxima à escravidão. Nascida em 1944, na pequena cidade de Brasópolis, sul de Minas Gerais, minha mãe, Maria Zélia Diogo Perdigão, era neta do “ventre livre”. Sua avó paterna foi escrava “liberta” na Casa Grande da fazenda de Venceslau Brás, presidente do Brasil nos primeiros anos da República. Com isso, o pai de minha mãe, José Diogo, nascido em 1914, cresceu na Casa Grande e, por “sorte”, teve a oportunidade de trabalhar como ferroviário. A sagacidade do meu avô para a importância da educação fez com que minha mãe e suas irmãs se tornassem professoras do ensino fundamental, na época uma profissão que exigia apenas o antigo curso Normal. A formação superior da minha mãe veio após muitos anos em sala de aula. Aos 34 anos ela formou-se em Pedagogia pela UFMG. Casou-se aos 38, teve sua primeira filha aos 39, o segundo filho aos 40 e o terceiro aos 47 anos. Tivemos uma vida simples, mas nunca nos faltou o básico. O salário de professor não nos permitia luxos ou o conforto de ter um carro na garagem. O que meus pais ganhavam, por mês, também não dava para pagar escola particular. Tive o privilégio de ter sido alfabetizada pela minha mãe e a honra de ter tido professores que foram

alunos do meu pai. Contudo, sempre digo que o privilégio maior foi crescer em um lar onde nunca faltou amor, afeto, comida, livros e bons exemplos a seguir. Com certeza, foram todos esses itens que fizeram a diferença na minha vida e na vida dos meus irmãos.

Minha escolarização: ensino básico, ensino médio, graduação

Graduei-me em Comunicação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2009 e entrei nela sem nunca ter estudado numa escola particular. Vivi, literalmente na pele, as dificuldades de ingressar numa federal sem ter tido as mesmas oportunidades que meus concorrentes.

No segundo ano do ensino médio decidi cursar o Magistério, paralelamente, para ter uma profissão. Estudava de manhã na Escola Estadual Iracema de Almeida e à noite na Escola Municipal Pio XII, que, por meio de uma cooperativa, oferecia alguns cursos técnicos. Meus pais nunca nos deixaram trabalhar antes dos 18 anos, pois a prioridade sempre foi estudar. No entanto, diante das dificuldades financeiras que enfrentávamos, não havia alternativa para continuar os estudos que não fosse trabalhar. Dessa forma, assim que concluí o ensino médio e o Magistério, comecei a trabalhar como professora em uma escola infantil do município. Com o salário que recebia passei a pagar um pré-vestibular na cidade vizinha, já que em Ouro Branco, naquela época, não havia esses cursos preparatórios. Começava então a minha saga para entrar numa federal. Foram cinco anos tentando passar no vestibular.

Depois que larguei o emprego de professora, comecei a me dedicar mais, e a rotina de estudos passou a ser semelhante à de quem estuda para passar em concursos públicos. Como era muito difícil passar para Comunicação – devido à concorrência –, só entrei na Universidade quando prestei vestibular para História. Consegui transferência um ano depois. Quando ingressei no ensino superior, a UFV ainda não havia implementado a política de cotas. Eram pouquíssimos negros no *campus* e, no curso de Jornalismo, que naquela época era considerado de “elite”, o número de estudantes pretos era ainda menor. Lembro que eu e as outras duas meninas pretas do curso éramos confundidas umas com as outras, mesmo sem ter semelhança física alguma a não ser o tom da pele. Durante o curso, me dedicava mais aos estágios com remuneração, porque precisava desse complemento para custear minhas despesas em Viçosa, uma vez que a quantia que meus pais podiam mandar mensalmente não era suficiente. Por terem se casado com mais idade, quis a vida que meus pais não estivessem vivos para compartilhar as minhas conquistas. Meu pai faleceu um ano antes da minha formatura e minha mãe, um ano antes do meu ingresso na pós-graduação da UnB, que veio a ocorrer 11 anos depois da conclusão do ensino superior.

Finalmente, lá estava eu, Maria Antônia, na pós-graduação da UnB

Assim que me formei, não cogitei fazer mestrado. Sendo a irmã mais velha de três, precisava me inserir no mercado para aliviar o fardo da minha mãe, que, mesmo depois de aposentada, trabalhou mais 15 anos para que seus filhos terminassem os estudos. Embora

a universidade fosse pública, manter três filhos em outra cidade era dispendioso e praticamente um milagre para quem vivia do salário de professor.

O início da minha carreira foi outro grande desafio. O telejornalismo era minha grande paixão. Fiz estágio na TV Universitária, mas os dois anos de experiência não foram suficientes para que alguma emissora ou filial me desse uma oportunidade. Foram inúmeros currículos distribuídos, acompanhados de um DVD com reportagens que tinha feito para a TV Viçosa, e inúmeros não, até que a proposta de trabalhar em um canal de TV – que nem chegou a existir – me levou ao Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. Como o canal ainda não tinha licença, resolvi ir para Palmas para tentar alguma coisa. Foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar com web jornalismo e escrever para a editoria de política de um portal de notícias da capital. Isso me abriu portas para a assessoria de imprensa de uma deputada estadual, que na época era a líder do governo na Assembleia Legislativa do Tocantins e que veio a tornar-se deputada federal alguns anos depois.

Foram as experiências de quase dez anos na assessoria de comunicação dessa parlamentar que me motivaram a trazer, para o universo acadêmico, a realidade e o racismo enfrentados por deputadas negras no exercício do mandato eletivo. Meu projeto surgiu, inicialmente, da vontade de fazer um documentário sobre o que é ser uma mulher negra na política.

As ações afirmativas da UnB foram decisivas para que eu tivesse coragem de enfrentar o processo seletivo. Saber das cotas pelo edital me deixou, de certa forma, mais confortável para tentar. Não digo por falta de capacidade, até porque minha nota me colocaria dentro da UnB de qualquer forma. Mas falo, primeiramente, pela sensação de “poder ocupar” um espaço que também pertence ao povo negro e indígena deste país, embora muitos ainda pensem e nos façam acreditar que não podemos ocupar a academia como protagonistas, mas apenas como meros objetos de estudos e de produções científicas. E, segundo, por entender o significado dessa representatividade.

Aqui, abro um parêntese para destacar o papel das cotas como instrumentos de reparação social. Já ouvi muitas pessoas usarem a história de vida dos meus pais, sobretudo a do meu pai, como exemplo para desmerecer as ações afirmativas. Essas pessoas não se dão conta de quão árduo foi o percurso entre a largada e a linha de chegada nessa trajetória ou sequer consideram quão difícil é ultrapassar as barreiras colocadas pelo racismo estrutural e institucional. É importante ressaltar que a história de vida da minha família é uma rara exceção. Tivemos oportunidades que muitos dos nossos não tiveram e temos plena consciência de que a situação de vulnerabilidade e marginalização em que se encontra a maioria dos negros na sociedade se deve à falta de oportunidades.

Voltando ao processo seletivo do PPG/FAC da UnB, mesmo tendo me dedicado anteriormente mais à prática profissional, empenhei-me e coloquei no papel meu projeto de pesquisa e minha determinação de enfrentar as desigualdades raciais também negando esse lugar de mero objeto de estudo. Por meio do pré-projeto, busquei propor uma reflexão mais aprofundada sobre a questão racial no país. Por mais que eu saiba da relevância do tema, mesmo que não tivesse pautando essa questão, minha presença na pós-graduação de uma universidade

pública, por si só, já seria um ato revolucionário. Infelizmente, ainda somos uma população minorizada nesses espaços, assim como nos demais postos de destaque e de liderança na sociedade. As cotas têm sido fundamentais para transformar a realidade da população negra.

A voz negra na grande mídia

Com o intuito de analisar a visibilidade, em portais de notícias da mídia hegemônica como a *Folha de S.Paulo* e o jornal *O Globo*, das deputadas federais negras eleitas em 2018 para a Câmara dos Deputados, minha pesquisa de mestrado busca identificar as formações discursivas, presentes nas coberturas realizadas por esses portais, sobre a atuação parlamentar dessas deputadas, a fim de entender como as mulheres negras com mandatos no Legislativo federal são retratadas pelos grandes jornais que noticiam, diariamente, os acontecimentos políticos no Congresso Nacional.

Partindo da perspectiva gramsciana de que a imprensa é considerada um dos mais dinâmicos aparelhos ideológicos na disputa pela hegemonia na sociedade, embora não seja o único, o projeto surgiu das seguintes inquietações: com que frequência as deputadas federais negras ganham espaço nos grandes jornais e sobre quais assuntos elas falam quando são pautadas pela grande mídia? Será que elas realmente têm voz nesses espaços ou precisam aguardar as datas comemorativas pautadas pelos critérios de noticiabilidade para que a desigualdade racial e o racismo enfrentados pela população negra durante os 365 dias do ano se tornem pautas nesses veículos? E mais, será que as mulheres negras com mandato político podem falar sobre outros temas que não estejam relacionados à pauta racial? Todos esses questionamentos surgem de uma reflexão mais aprofundada sobre a situação da mulher negra na sociedade.

Incluídas nos piores indicadores sociais do país, as mulheres negras, segundo o estudo *Estatísticas de Gênero do IBGE* (2019a), são as que mais trabalham e as que menos recebem no mercado. Além de liderarem o índice de desemprego e terem rendimentos sistematicamente inferiores aos dos não negros, as mulheres negras são também as que mais morrem de violência no Brasil, conforme aponta o *Atlas da Violência de 2019* (Ipea; FBSP, 2019). O estudo sobre as desigualdades realizado pelo IBGE aponta ainda que as mulheres negras estão “em desvantagem” no quesito representação política, “tanto em comparação aos homens de mesma cor ou raça quanto em relação às mulheres brancas” (IBGE, 2019b, p.11). Considerando que a mulher negra corresponde a 28% da população, conforme dados do Sidra do IBGE (2021), é fundamental que se reflita sobre o fato de esse grupo estar sub-representado no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e Prefeituras do país.

Afirmando que a mulher negra, ao ocupar um “lugar de maior vulnerabilidade social” (Ribeiro 2019, p.41), tem sua realidade invisibilizada, Ribeiro (2019) reforça a necessidade de pensar em melhorias que visam transformar a situação na qual se encontra esse grupo da sociedade. Mudar a realidade e tirar a mulher negra dessa condição de invisibilidade depende de vários fatores, dentre eles a ampliação da representação negra nos espaços de poder e tomada de decisões. As estatísticas, que relacionam a cor e o gênero à maior

vulnerabilidade social no país, corroboram a dificuldade de haver um olhar mais sensível para o desenvolvimento humano da população negra enquanto esses espaços de decisão, como a política, por exemplo, forem predominantemente compostos por homens brancos.

Partindo do que afirma Carneiro (2019, p.281), ao ressaltar “como parece insólita, no imaginário social, a presença de mulheres negras em instâncias de poder em nossa sociedade”, destacamos a importância da representatividade de mulheres negras com mandatos políticos na grande mídia, uma vez que “os estigmas e estereótipos que desvalorizam socialmente as mulheres negras carecem de estratégias para serem repelidos” (Carneiro, 2019, p. 283).

Moura (2019, p.141) nos traz uma importante reflexão sobre as contradições de uma nação em que a maioria da população é negra, mas que parece ser outro país “nas representações midiáticas, seja no jornalismo, seja na indústria do entretenimento”. A autora chama a atenção para a representação “esvaziada da realidade da mulher negra no Brasil, a tal ponto que se fazem necessárias obras que historicizem nossa história de mulheres negras brasileiras” (Moura, 2019, p. 141). Nesse sentido, ter negros destacados na mídia hegemônica, representados como referências em espaços de decisões ou lideranças, é extremamente importante para desconstruir esses estereótipos negativos, sobretudo sobre as mulheres negras, que em seu cotidiano são vistas, “independentemente da classe social e profissão, como empregadas domésticas” (Gonzalez, 1984, p. 230).

Resgatando memórias

Identificar as formações discursivas presentes nas coberturas realizadas pelos jornais da grande mídia a respeito da atuação das deputadas federais negras é uma forma de averiguar o espaço que os grandes veículos de comunicação concedem aos negros, sobretudo, às mulheres negras, em seus portais de notícias. É por meio da identificação das formações discursivas presentes nessas coberturas que estamos realizando uma análise mais aprofundada sobre a voz negra na grande mídia.

Sendo a Análise do Discurso (AD) uma análise que “está preocupada com este movimento de instauração de sentidos, que exige compreender os modos de funcionamento de um discurso” (Lagos; Benetti, 2010, p. 107), recorreremos a essa teoria para realizar o “mapeamento das vozes e identificação dos sentidos” (Lagos; Benetti, 2010, p. 107) no conteúdo jornalístico apurado nos portais da *Folha* e do *Globo* nos anos 2019 e 2020.

Entretanto, considerando que a formação discursiva, como elemento básico para a AD, “se define como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica, determina o que pode ser dito” (Orlandi, 2020, p. 41), antes de partir para a identificação das formações discursivas das deputadas negras nos portais de notícia, vamos percorrer o caminho metodológico sugerido por Moura (2009), orientadora da pesquisa, ao propor que o *corpus* da análise do discurso seja realizado por meio de um recorte sincrônico e um recorte diacrônico feitos simultaneamente.

Partindo desse propósito, para o trabalho desenvolvido no mestrado estamos construindo um arquivo que considera, além dos textos jornalísticos, outros elementos. A intenção, ao fazer a releitura desse arquivo, é, conforme Moura (2009), perceber as redes discursivas, uma vez que, do ponto de vista foucaultiano apontado pela autora, o recorte diacrônico pode se justificar na arqueologia do discurso como a “busca da voz sem nome que está anterior a todas as falas” (Moura, 2009, p. 67). Sendo assim, ao adentrar na identificação das cadeias discursivas que fazem elos com “o já dito” em momentos anteriores e o “dizer atual” que nos ajudam a compreender a representação das mulheres negras na política brasileira, estamos também resgatando a memória de mulheres negras que tiveram suas trajetórias silenciadas e até mesmo apagadas da história sobre a emancipação política da mulher no Brasil.

Mais do que “fazer emergir as evidências de que a atuação de mulheres negras se deu inclusive no campo político” (Costa, 2020, p.12) e destacar que a luta da mulher negra no Brasil é histórica – conforme propõe Costa (2020) ao ponderar sobre a necessidade de recuperar as narrativas de mulheres negras como Almerinda Farias Gama, Antonieta de Barros, Maria Brandão dos Reis, Maria José Camargo, Sofia de Campos Teixeira e Maria Nascimento –, a construção desse arquivo, a partir de alguns elementos da imprensa do século XX e da própria biografia dessas mulheres e de grandes personalidades brasileiras, como Lélia Gonzalez e Benedita da Silva, visa refletir sobre a importância da representação da mulher negra no âmbito político.

Buscar, na “voz” dessas mulheres negras que atuaram no campo político no Brasil do século XX, elementos que se repetem no discurso das parlamentares negras atuais reforça o que diz Costa (2020) ao afirmar que as mulheres negras na política que se demonstram comprometidas com as questões raciais e sociais são “pessoas que conscientemente levam consigo as pautas políticas de uma coletividade, as narrativas de várias gerações e o legado de toda a ancestralidade. São potências que se sabem únicas, mas que representam muitas” (Costa, 2020, p. 14).

Nesse sentido, percorrer esse caminho metodológico tem me ajudado a compreender o quanto é fundamental ter mulheres negras ocupando seus espaços e participando do debate político, mesmo diante das limitações e dificuldades enfrentadas para concretizarem suas campanhas eleitorais. Também me permite propor, no meio acadêmico, um debate mais profundo sobre a necessidade de um olhar mais atento para a situação em que se encontra a população negra, sobretudo a mulher negra no Brasil.

Aqui voltamos ao assunto inicial deste capítulo. As cotas têm sido fundamentais para transformar a realidade da população negra. Não tive professores negros durante minha graduação. Estar no mestrado e ter a oportunidade de ser orientada por uma professora negra é muito representativo. É dizer, sem mencionar sequer uma palavra, que esse espaço branco e patriarcal também é nosso. É mostrar para as futuras gerações que a senzala, a cozinha ou qualquer outro lugar de subalternidade que a histórica marginalização social nos impõe já não nos cabe mais.

Referências

- COSTA, Andréa Lopes da. Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência. In: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (org.). *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Organizado por Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- IBGE. *Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. 2019a.
- IBGE. *Informativo IBGE – Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil*. Diretoria de Pesquisas e Coordenação de População e Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019b.
- IBGE. *Sistema IBGE de Recuperação Automática*. SIDRA, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo>. Acesso em: 1º nov. 2021.
- IPEA; FBSP. *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, n. 2, p. 223-244, 1984.
- LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOURA, Dione Oliveira. O sincrônico, o diacrônico, o acontecimento e a errância de sentimentos de análise do discurso jornalístico. *Comunicação & Informação*, n. 12, n. 2, p. 63-73, 2009.
- MOURA, Dione Oliveira. Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o “teto de vidro gênero/raça/classe”. In: BELISÁRIO, Katia Maria; MOURA, Dione Oliveira; GUAZINA, Liziane (org.). *Gênero em pauta: desconstruindo violências, construindo novos caminhos*. 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2019.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro).



Sobre as autoras

Dione Oliveira Moura (organizadora)

Professora titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB). É graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1986), mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (1990) e doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2001). Na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), atuou como sócia fundadora, diretora editorial (2004-2005 e 2006-2007), coautora do projeto editorial da *Brazilian Journalism Research* (BJR) (2004) e presidenta (2011-2013). Foi diretora da Socicom e atualmente é diretora regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej). Na UnB, é docente do quadro desde setembro de 1995 e atuou em funções administrativas e acadêmicas, na vice-chefia e chefia do Departamento de Jornalismo, na Coordenação de Graduação, na Coordenação de Pós-Graduação e na Diretoria de Apoio à Pós-Graduação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação. Atualmente, é diretora da FAC (Gestão 2019-2023). Também na UnB atuou e atua em conselhos e câmaras, como o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), dentre outros. No que diz respeito ao tema central deste livro, foi eleita pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB como relatora do processo de implantação da política de cotas e ingresso de indígenas na UnB, quando da aprovação do Plano de Metas para a Integração Social Étnica e Racial da UnB pelo Cepe em 6 de junho de 2003; e, além disso, desenvolve pesquisas e orienta projetos de pesquisa relacionados a jornalistas negras e igualdade racial.

Deborah Silva Santos (organizadora)

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT) – Lisboa/Portugal. Mestra em História Social pela PUC/SP. Especialista em Museologia Avançada pelo Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Historiadora pela PUC/SP. Atualmente é professora na Universidade de Brasília (UnB), atuando no curso de Bacharelado em Museologia. Ex-aluna do Workshop de Dissertação Mark Claster Mamolen (2018) do Afro-Latin American Research Institute/Harvard University. Pesquisadora do grupo de pesquisa Museologia, Memória e Patrimônio do PPGCInF da FCI/UnB. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa

em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero (GEPPHERG). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB/CEAM/UnB). Áreas de pesquisa: museu e Museologia, estudos das relações raciais, mulheres negras, memória e patrimônio afro-brasileiro e museus afro-brasileiros.

Aida Feitosa

Atua profissionalmente como jornalista, analista ambiental, professora e pesquisadora. Como ativista do movimento negro brasileiro, participou da criação do EnegreSer (Coletivo de Estudantes Negros da UnB), fundado em 2001; integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira); e integra o Coletivo Beatriz Nascimento (que reúne estudantes negros e indígenas da Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ). Graduada e mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aline Pereira da Costa

Graduada em 2008 pela UnB. Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Cefet/RJ em 2019. Também se especializou em Adolescência e Juventude pela Universidade Católica de Brasília em 2012. Foi bolsista (2005-2008) e vice-coordenadora do Programa Afroatitude UnB entre os anos de 2009 e 2010, quando ingressou na carreira pública de assistência social do Governo do Distrito Federal. Chefiou o Núcleo de Afroempreendedorismo da Secretaria de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (2015) do GDF e compôs o Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal (2020). Atualmente, trabalha como educadora social na Secretaria de Desenvolvimento Social do GDF e integra o Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Territorialidades e Movimentos Sociais da Universidade Estadual do Piauí.

Andressa Marques da Silva

Graduada em Letras pela UnB, mestra e doutora em Literatura pela UnB. Atua na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na elaboração de documentos norteadores e acompanhando as políticas públicas da instituição voltadas para os/as estudantes negros/negras e também em um projeto de formação de leitores a partir da experiência literária, especialmente com autoras negras.

Anna Caroline Costa Silva

Bacharela em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB); moradora de Brazlândia-DF e bolsista de extensão do Projeto Comunicação Comunitária (ComCom) da FAC-UnB.

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Mestranda em Direito na UnB. Leonina, piauiense, afro-indígena, advogada popular. Associada do Coletivo Antônia Flor – Assessoria Técnica em Direitos Humanos do Piauí. Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela Faculdade Adelman (FAR).

Dalila Noleto Torres

Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora visitante (em estágio-sanduiche) na Universidad Centroamericana en Managua, Nicarágua. Mestre em Estudos Latino-Americanos pelo Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies (LLILAS) da University of Texas at Austin (UT Austin). Graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília. É membro do Grupo de Estudos sobre México, América Central e Caribe (MeCACB/ELA) e do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG/ELA).

Deborah Carolina Silva Duarte

Graduada em Biotecnologia na UnB. Membro da Genesys Biotecnologia (Empresa Júnior) de 2017 a 2020, onde foi assessora dos setores administrativo e financeiro de agosto de 2017 a dezembro de 2018; diretora dos setores administrativo e financeiro de janeiro de 2019 a junho de 2019; diretora de operações de julho de 2019 a dezembro de 2019; e vice-presidente de janeiro de 2020 a dezembro de 2020. Estagiou no Laboratório de Fisiologia Vegetal da UnB do segundo semestre de 2019 ao primeiro semestre de 2020 e no Laboratório de Biologia Forense da Polícia Civil do DF de junho de 2021 a agosto de 2021.

Elen Cristina Ramos dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Licenciada em Ciências Sociais e Bacharela em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Flora Egécia

Designer e cineasta, graduada em Desenho Industrial pela UnB e mestranda em Design no PPGDesign IdA/UnB. Em sua trajetória realiza diversos projetos sobre raça, gênero, saúde mental e política. É sócia do Estúdio Cajuína e recebeu, em 2017, o Prêmio do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no eixo Culturas Afro-brasileiras. Diretora do documentário *Das Raízes às Pontas* (2015), dentre outras produções.

Hallana Moreira Ramalho da Costa

Bacharela em Jornalismo pela Universidade de Brasília (2020). Jornalista profissional, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

Iara de Jesus dos Santos

Jornalista, graduada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Ingressou na UnB em 2015; defendeu, em 2021, o TCC *Ir à luta e garantir nossos espaços: Marcha das Mulheres Negras, memórias e novas vivências*. Participou da empresa júnior Pupila Audiovisual como membro de produção, direção de arte e como diretora de capacitação entre 2016 e 2018. Atualmente é produtora no “Canal Empreender”, na TV fechada, parceria entre o grupo Bandeirantes e o Sebrae.

Juciele Fonseca

Técnica de som direto de Brasília, graduada em Audiovisual pela Universidade de Brasília. Dentre os trabalhos realizados profissionalmente como técnica de som, destacam-se os documentários em longa-metragem *Mundo Pequeno* (Gustavo Amora, 2018), *Sementes – Mulheres pretas no poder* (Júlia Mariano) e *Confluências* (Dacia Ibiapina), além dos curtas-metragens *Mens who Talk* (Cristin Noelle, 2020), *Filhas de Lavadeira* (Edileuza Penha, 2018), dentre outros.

Julian Esttefane da Silva Reis

Graduada em Pedagogia pela UnB. Estuda Sociologia da Educação com foco no acesso e permanência no ensino superior. Professora temporária da Secretaria da Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Kátia Silene Souza de Brito

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPG-CINF) da UnB e graduada em Museologia pela Faculdade de Ciências da Informação da mesma Universidade (FCI/UnB). Foi bolsista de iniciação científica (Pibic), com pesquisas nos temas Museologia, memória e patrimônio, Museologia virtual e cibermuseologia: estudos conceituais, mapeamentos e análise de manifestações virtuais museais e patrimoniais. Atualmente integra o grupo de pesquisa MUSEOLOGIA LAB: Laboratório de Pesquisa em Cultura digital e Museologia Virtual.

Keila Meireles dos Santos

Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Tem interesse em estudos sociológicos, Ciência da Informação com foco em produção e disseminação de culturas voltadas para jovens, atuando especificamente nos seguintes temas: juventude, gênero, raça/etnia, ação afirmativa e movimento *hip hop*. De 2017 a 2019 trabalhou como servidora analista de gestão governamental da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Servidora bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Uberlândia (UFO).

Letícia Bispo

Bacharela em Comunicação Social/Audiovisual pela Universidade de Brasília, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalha como curadora, pesquisadora e crítica nas áreas de cinema e audiovisual. É técnica-administrativa em educação, na área de audiovisual, na Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília.

Maria Antônia Perdigão

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (PPG/FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora no eixo temático racial, atua há mais de uma década no mercado como jornalista, assessora de imprensa e *social media*. Tem vasta experiência em áreas como política, Poder Legislativo e projetos de iniciativas socioambientais. Ao longo de sua trajetória, trabalhou na Câmara dos Deputados e na Executiva Nacional de partidos políticos. Atualmente é gestora das atividades de Comunicação Social de organizações não governamentais e entidades filantrópicas.

Maria Lúcia Martins Gudinho

Graduada em Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação na área de Línguas (Língua Portuguesa, Espanhol, Artes, Teatro e Literatura), na Universidade de Brasília. Membro da Coordenação Pedagógica do Projeto Residência Jovem. Monitora do Núcleo Territorial Kalunga. Fez graduação-sanduíche na Universidade Anton de Kom (Suriname). Especialista em Língua Portuguesa Aplicada ao Ensino Básico – Faculdade UnB Planaltina-DF. Atualmente é assessora de comunicação da Prefeitura de Cavalcante-GO.

Mariana Paiva Soares

Formanda em Comunicação Organizacional pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Trabalha como *social media* do projeto Jovem de Expressão e tem experiência com assessoria de comunicação e imprensa, produção audiovisual, assistência de produção, elaboração de projetos, roteiro e fotografia. Foi roteirista do documentário *Poeira que ainda respiramos*, que fala das memórias da ditadura militar na UnB. Como fotógrafa, participou da exposição *Lembretes do Existir*, na galeria Risofloras.

Michele Duarte da Silva

Licenciada em Ciências Naturais pela UnB, ingressou no ano de 2015 na Universidade. Hoje, atua no sistema socioeducativo da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Renísia Cristina Garcia Filice

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero, da Faculdade de Educação da UnB (Geppherg-FE/UnB). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-CeamUnB) e da Comissão de Acompanhamento de Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação da Universidade de Brasília (Capaa/UnB).

Vitória Carolina Silva Duarte

Mestra e doutoranda em Engenharia Mecânica na Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília (UnB), tem especialização em Engenharia em Segurança no Trabalho pelas Faculdades Cruzeiro do Sul.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB

Esta obra vem coroar os 60 anos da Universidade de Brasília, uma Universidade à frente de seu tempo, que tem pontos a serem superados, mas que não estagna.

A cada ano a UnB avança e desponta no cenário nacional como uma das maiores referências do Brasil e da América Latina. Ano a ano, pouco a pouco, a sociedade diversa se faz presente no interior da UnB, e esta se espalha Brasil a fora formando pessoas tecnicamente competentes, humanamente sensíveis e socialmente comprometidas com um outro mundo possível, antirracista, antissexista e tecnicamente qualificado.

Existem ainda grandes desafios a serem superados, inclusive no monitoramento da política, em particular na permanência, mas já colhemos resultados que revelam quão potentes são as políticas afirmativas para mudar o mundo – sim, sonhamos alto.

Nesta obra, os relatos e pesquisas das mulheres negras não deixam dúvidas do quanto podemos sonhar e realizar. Ademais, timidamente, as novas epistemologias estão em curso, os novos currículos, as novas formas de ser e estar no mundo se articulam de forma inter, multi e transdisciplinar.

Renísia Filice